

Precipitações na imprensa amapaense: o caso do médico veterinário condenado por um site de notícias¹

Railana PANTOJA²
Paulo GIRALDI³

Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Macapá, AP

Resumo

O presente artigo analisa a reportagem “Veterinário é preso por maus tratos a animais”, veiculada por um site de notícias de Macapá, o ‘selesnafes.com’. A divulgação do fato resultou na condenação precipitada de um médico veterinário, acusado pela mídia de maltratar animais. A problematização está em compreender como sites, que atuam no webjornalismo, têm pautado sua rotina de produção na ética e legislação profissional. A análise busca amparo teórico nas esferas deontológicas e éticas que norteiam a conduta profissional dos jornalistas, a luz de teóricos como Cornu (1998), Olicshevis (2006), Kucinski (2005), Branco (2004), além do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros. Os resultados apontam para a urgente necessidade de um debate amplo sobre a aplicação dos princípios básicos do Jornalismo: checagem, apuração dos fatos e ética jornalística.

PALAVRAS-CHAVE: Ética; Jornalismo; Deontologia; Amapá; Webjornalismo.

INTRODUÇÃO

O Jornalismo possui princípios básicos que norteiam a profissão a partir do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, desenvolvido pela Federação Nacional de Jornalistas (FENAJ). Entre os princípios, estão a “divulgação da informação precisa e correta é dever dos meios de comunicação e deve ser cumprida independentemente de sua natureza jurídica - se pública, estatal ou privada - e da linha política de seus proprietários e/ou diretores” (Art. 2º, parágrafo I) e “a produção e a divulgação da informação devem se pautar pela veracidade dos fatos e ter por finalidade o interesse público” (Art. 2º, parágrafo II).

O referido trabalho busca analisar a matéria intitulada “Veterinário é preso por maus tratos a animais”, veiculada pelo site amapaense de notícias ‘selesnafes.com’, que

¹ Trabalho apresentado na IJ07 – Comunicação, Espaço e Cidadania, da Intercom Júnior – XV Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

² Graduanda do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). E-mail: raillana.silva@gmail.com

³ Orientador do Trabalho. Docente do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Doutor em Comunicação pela Universidade de Brasília (UnB). E-mail: paulogiraldi2@gmail.com

afirmava o maltrato a animais por parte de um médico veterinário. No dia da prisão, a clínica do veterinário foi destruída por populares que receberam a informação via internet. A opinião pública tomou grandes proporções e mesmo com informações não-oficiais, condenaram o veterinário antes da investigação policial e apuração pela justiça.

Meses depois, a delegacia responsável pelo caso provou que o médico não maltratava animais e a situação foi esclarecida. O site ‘selesnafes.com’ publicou matéria relatando que o inquérito policial apontou a não existência de maus-tratos, e assim corrigiu o erro da matéria anterior que condenava o médico veterinário. Ele adoeceu e fechou a clínica.

O poder judiciário ainda não havia feito uma investigação, mas esse detalhe não foi levado em consideração pelo site na construção da reportagem, tornando a notícia incompleta e precipitada. Por ser um site popular no Estado, a notícia sobre o veterinário, veiculada pelo site selesnafes.com, obteve grandes proporções.

A problematização deste artigo está em compreender como sites, que atuam no webjornalismo, têm pautado sua rotina de produção na ética e legislação profissional. Para isso, é utilizada a metodologia de análise documental.

Este trabalho possui sua devida importância para estudos na área de comunicação, pois além de analisar o equívoco que houve na construção da notícia, também busca refletir, com base em princípios deontológicos, como os jornalistas estão seguindo a conduta profissional e ética no mercado amapaense.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Princípios da Deontologia, a Deontologia no Webjornalismo e a Ética no Jornalismo

Entende-se como deontologia, um conjunto de normas e princípios específicos adotados por um grupo profissional. Em “Ética da informação”, Cornu (1998) aponta seis temas principais que norteiam a conduta profissional dos jornalistas, do ponto de vista deontológico:

A liberdade de expressão e de crítica, como também a defesa de tais direitos; a proteção da independência e integridade profissionais dos jornalistas, pela não-aceitação de quaisquer vantagens materiais ou morais, ou qualquer influência exterior sobre o trabalho jornalístico, bem como pelo reconhecimento de uma cláusula de consciência; o respeito à verdade na busca e elaboração da informação; a utilização de meios legítimos na busca dessa informação; o devido respeito às

fontes e pessoas, parte do objeto da informação, bem como o respeito ao direito autoral e às regras em matéria de citações; o igual tratamento das pessoas, evitando qualquer forma de discriminação (CORNU, 1998, p. 44).

Destes seis princípios, destacam-se dois para reflexão acerca do objeto de estudo deste trabalho. O primeiro é “o respeito à verdade na busca e elaboração da informação” (CORNU, 1998, p. 44), princípio básico e que jamais pode ser esquecido na prática jornalística. No exercício da função dada, especialmente aos repórteres que lidam com as *hard news*, a opinião pública não deve ser exclusivamente a fonte do material produzido. Por mais que os fatos pareçam óbvios, é necessário fazer uma apuração detalhada, sem pré-conceitos baseados no que é ouvido assim que a imprensa chega ao local dos fatos.

Sobre pré-conceitos, Gadamer (1960) faz a definição como ideias formadas na pré-compreensão, são juízos previamente feitos de acordo com a vivência e experiência individual e não são necessariamente negativos.

O preconceito, como caminho para o conhecimento, tem sua validade e utilidade, mas não se trata de tê-lo ou não. É, antes de mais, uma posição que tomamos ante o que se nos apresenta, podendo declarar um juízo positivo ou negativo. Já não é mais possível ficar apático quanto ao preconceito. Sua parcela representa muito em nossos atos e em nosso jeito de ver o mundo. Cabe a nós fazermos dele bom uso, seja nos âmbitos religiosos, étnicos, raciais, sociais, econômicos (FRISON, 2012, internet)⁴.

O segundo princípio destacado é o “devido respeito às fontes e pessoas, parte do objeto da informação, bem como o respeito ao direito autoral e às regras em matéria de citações” (CORNU, 1998, p. 44), também muito importante no exercício do Jornalismo. A reportagem analisada neste artigo declara várias versões desrespeitando o veterinário como médico e pessoa, e julgamentos são perceptíveis através das palavras usadas pelo jornalista na estruturação da matéria. Essa situação reforça o que Gadamer (1960) diz, o ser humano faz um prévio julgamento com base nas suas percepções de mundo.

A conduta do jornalista e do site nos leva a discutir não apenas a deontologia por si só, mas a deontologia no webjornalismo, pois a matéria analisada neste artigo foi publicada em um portal de notícias na internet.

Atualmente, percebe-se que o Webjornalismo conquistou seu espaço entre os veículos de comunicação. Em 1988, a internet chegou no Brasil, mas para fins

⁴ Disponível em: <https://www.diritto.it/gadamer-e-o-pre-conceito/> Acesso em: 20 de junho de 2019.

acadêmicos, só aproximadamente em 2000 se tornou disponível para o público em geral. E assim ficou popular por toda a praticidade e velocidade, dessa forma, as empresas de comunicação e os jornalistas precisaram conhecer essa ferramenta, pois tinham receio do que a mesma podia causar na profissão.

Numa era de altas e sofisticadas tecnologias informatizadas, em que os principais atores políticos já não são mais homens e mulheres, mas redes, sistemas e complexos equipamentos, jornalistas aparecem como espécies de "gerentes" dessa máquina, como sua interface com o grande público. Mas é uma função condenada, pois a tendência do desenvolvimento tecnológico é a de capacitar as pessoas a terem acesso direto, elas mesmas, às informações e aos acontecimentos (FILHO, 2002, p. 57).

Mesmo diante de incertezas a respeito da nova tecnologia e o espaço que conquistaria no mercado, os jornalistas seguiram com a “era tecnológica”, e assim começou a criação de blogs jornalísticos, site de notícias, e os veículos de comunicação “tradicionais” se expandiram para a internet também. A web se tornou uma ferramenta de trabalho para a comunicação, e nas universidades a disciplina de webjornalismo começou a ser desenvolvida, pois percebeu-se necessário a preparação adequada de jornalistas para esse segmento.

O webjornalismo tem muita visibilidade no mercado, sendo consumido em grande escala pela população, mas a ausência de princípios éticos e critérios jornalísticos pelos sites e jornalistas é perceptível. Com o intuito de publicar muitas notícias diariamente e receber o maior número de visualizações e “curtidas”, os princípios éticos da profissão se perdem, com textos sem aprofundamento e escassos de fontes.

Essa situação nos remete ao jornal impresso, é similar ao modelo de produção, a diferença é que a tecnologia permite que as informações cheguem à sociedade rapidamente e ao mesmo tempo, as consequências de um produto que está diante da ética são prejudiciais em diferentes níveis. O Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros enfatiza que “O compromisso fundamental do jornalista é com a verdade no relato dos fatos, razão pela qual ele deve pautar seu trabalho pela precisa apuração e pela sua correta divulgação” (Art. 4º).

Outro ponto a ser discutido neste artigo é a ética no Jornalismo, que está diretamente ligada à deontologia, pois ambos dizem respeito à conduta profissional dos jornalistas no exercício da função.

A celeridade é a base para as matérias jornalísticas diárias dos veículos de comunicação, somente as reportagens especiais ou grandes reportagens não seguem essa linha de produção. Esse processo de produção não é restringido a um seguimento da comunicação; o rádio, a televisão, impresso e o Webjornalismo, não proporcionam muito tempo para a produção do conteúdo pelos jornalistas.

Dessa forma, a apuração da notícia e todo o processo de investigação pode ser escasso para o resultado da informação transmitida à população. A notícia necessita ser apurada detalhadamente, buscando ouvir e entrevistar todas as fontes envolvidas no caso, sempre exercendo a ética como princípio para a produção de conteúdos jornalísticos.

A Ética é um princípio fundamental para o jornalista, que tem uma postura séria e que faça o seu trabalho com convicção e isenção. O jornalismo adquire todos os dias cada vez mais força, pois é o jornalista que nos alerta e dá a informação (BRANCO, 2004, p. 89).

Com a ausência dessa investigação em torno de uma notícia, as consequências podem ser totalmente prejudiciais. O jornalista e o jornalismo trabalham diretamente com o ser humano, com a sociedade e seus variados grupos sociais, todo o cuidado, precauções e atenção são necessárias. Para Branco (2004, p. 86) “[...] o jornalista deve realizar o seu trabalho conjuntamente com a sua consciência, pois apenas saberá o que é informação daquilo que representa simplesmente o ultraje”.

O jornalista precisa estar atento, pois em função do veículo de comunicação em que trabalha pode estar seguindo uma linha jornalística que não utiliza os princípios éticos, não respeita o público que recebe a mensagem e não pensa nas consequências dos erros do produto. Mas também cabe ao jornalista fazer uma avaliação de sua produção individual, desde quando recebe a pauta, a forma como aborda a fonte até a construção do seu material final.

A construção da notícia, Opinião pública e o jornalista como pessoa e jornalista como profissional

Sabe-se que cada profissional da comunicação possui a sua forma de construir a notícia e transmitir para a sociedade. Mas, mesmo com essa diferença, os critérios usados em relação à ética e responsabilidade social precisam ser utilizados por todos, respeitando os princípios do jornalismo.

O processo de construção da notícia exige do jornalista uma postura correta e consciente, cada detalhe faz a diferença no contexto em que a informação está inserida.

Quando se escreve uma matéria, o jornalista precisa compreender onde quer chegar com essa informação: qual diferença faz na sociedade, é totalmente de interesse público ou pessoal do próprio jornalista, e assim por diante. Essa análise deveria ser feita antes de construir qualquer material, pois é necessário que seja realizado um filtro das notícias, não somente por importância, mas estamos falando aqui do interesse da matéria, do objetivo da mesma em relação à população e ao jornalismo.

A liberdade de imprensa -A vocação primeira do profissional da mídia, quaisquer que sejam suas outras funções, é exercer a liberdade de comunicar para informar os homens de suas observações sobre o mundo à sua volta. Esta liberdade é um dos direitos humanos ditos absolutos porque correspondem a necessidades vitais. Sem comunicação, não há sociedade, logo não há sobrevivência prolongada do indivíduo (BERTRAND, 1999, p. 65).

As notícias transmitidas para a sociedade pautam as conversas da população, e a partir desse momento a Opinião pública começa a funcionar. Mas existe outra situação, por exemplo, quando é utilizada a Opinião pública para a construção de uma matéria, qual o limite da interferência dessa fonte? Pois essa opinião pública pode não representar a totalidade da sociedade, mas apenas uma parte.

Quando se fala em Opinião Pública, um dos primeiros pensamentos que vem à mente é o de opinião formada por um grupo, com base em ideias comuns acerca de um tema, assunto ou fato.

Pode-se dizer que a opinião tem sua origem nos grupos e esses grupos transformam-se em públicos quando se organizam em torno dos temas de discussão e de interesse público. Assim, eles discutem e procuram uma atitude comum. Segundo Sarah Chucid da Via, atitude é “uma tendência para atuar, agir. Relaciona-se com os hábitos, com os comportamentos e transforma-se em opinião quando adquire um caráter verbal e simbólico (OLICSHEVIS, 2006, p.92).

Olicshevis (2006) também define como ‘Opinião Pública’ diversos públicos que têm opiniões diferentes sobre a mesma situação. Os dois conceitos possuem em comum, a ideia de opiniões agrupadas. Em uma era digital, onde parte da população tem acesso à internet, a disseminação dessas opiniões se tornou mais fácil ainda. O que preocupa é que, quando essas opiniões chegam a determinados indivíduos que têm pouco acesso à informação e educação, ela pode ser absorvida de forma errada.

O jornalista, enquanto profissional, não pode se deixar levar e usar somente essas opiniões para embasar uma reportagem, pois nem todos são jornalistas e têm o compromisso de averiguar fatos. Cabe ao profissional o dever de ouvir sim a opinião

pública, mas ela deve ser dosada com a checagem dos fatos e compromisso com a verdade, estes dois últimos são princípios éticos do Jornalismo.

Assim como a Opinião pública não pode ser a única fonte de uma matéria, é necessário que o jornalista saiba separar o profissional do pessoal, para não misturar interesses. Levando em consideração o pensamento já citado anteriormente neste artigo, de Gadamer (1960), de que o indivíduo tem preconceitos prévios embasados na sua experiência, o material que o jornalista produz para a sociedade seria então reflexo de suas percepções individuais?

No livro “A ética e a informação”, um capítulo aborda o jornalista como pessoa e como profissional. Branco (2004) fala que a consciência profissional deve obedecer a três aspectos:

- *propriedades*: a moralidade pessoal conforme a ética universal; a responsabilidade consciente e racional e as virtudes sociais, principalmente a justiça;
- *obrigações*: formação (educação); lealdade aos fins sociais da profissão; perfeccionismo da consciência;
- *condições*: referentes à profissão, referentes aos demais seres humanos e referentes à liberdade da vontade (BRANCO, 2004, p.75).

Assim sendo, compreende-se que assim como existe uma relação entre a informação e a ética, também existe uma relação entre a notícia e o jornalista que a produziu.

Branco (2004, p. 75) afirma que “[...] a informação não pode existir sem informador, que sendo directa ou indirectamente a pessoa humana, não pode desprender-se da sua consciência, como se fosse um computador carregado de resposta”. Portanto, compreende-se que humanamente é impossível para o jornalista desprender-se da sua pessoa enquanto atua como profissional, mas cabe a ele ponderar o que é interesse pessoal e o que é interesse profissional na hora de construir um conteúdo.

METODOLOGIA

Para chegar à análise do objeto de estudo deste artigo e aos resultados, foi empregado o procedimento metodológico de pesquisa documental e também pesquisa bibliográfica, para dar aporte teórico e contribuir nos apontamentos. Pelo fato do objeto de estudo ser digital e estar disponível apenas na internet, a pesquisa documental foi toda feita acessando o site que veiculou a notícia. Além da matéria principal, foram analisadas mais duas reportagens veiculadas pelo site ‘selesnafes.com’, totalizando três notícias de

um mesmo assunto: “Veterinário é preso por maus tratos a animais”; “Investigação conclui que veterinário não praticou maus tratos contra animais” e “Veterinário que chegou a ser preso por maus tratos é internado em clínica de reabilitação”, as três permanecem disponíveis para acesso no portal.

A construção da notícia pelo site selesnafes

O portal de notícias amapaense “selesnafes.com”, publicou em 18 de janeiro de 2018 a matéria intitulada “Veterinário é preso por maus tratos a animais”. O contexto da história inicia quando um grupo de cidadãos que estavam presentes, tentaram e conseguiram invadir a clínica, juntamente com o acusador da denúncia que chamou a polícia e a mesma chegou tempo depois no local.

IMAGEM 1: Manchete na página principal no dia da prisão do veterinário

DENÚNCIA

Veterinário é preso por maus tratos a animais

18, Janeiro, 2018

Fonte: Imagem captura pelo autor, 2016, em: www.selesnafes.com.

A denúncia foi baseada no que a amiga do acusador disse a respeito do ambiente da clínica veterinária, o que gerou a revolta e invasão.

O médico veterinário havia terminado um procedimento cirúrgico às 6h, como não tinha assistente para auxiliá-lo, não realizou a higienização do local, pois estava exausto. Dessa forma, era evidente a falta de limpeza no ambiente encontrado. Quando percebeu que sua clínica havia sido invadida, o médico teve um surto e quase foi agredido pelos indivíduos ali presentes, mas a polícia chegou antes que isso ocorresse.

A construção da matéria e a apuração da informação foi baseada na opinião pública dos cidadãos que estavam presentes na situação, somente uma citação indireta é utilizada, que é do sargento do 1º Batalhão de Polícia, afirmando que a população tentou agredir o veterinário, nada mais que isso. A narrativa utilizada é afirmativa, percebe-se durante a leitura que o jornalista realiza afirmações sobre o veterinário ter cometido todos os atos mencionados pela população, mas a investigação não havia iniciado ainda.

As fotografias utilizadas acompanham a narrativa empregada pelo jornalista, as imagens causam impacto no leitor, retratando o ambiente encontrado no momento da invasão.

No fotojornalismo, o controle do profissional sobre o conteúdo é restrito, sendo bastante comum o aproveitamento limitado do material. As rotinas da maioria das empresas jornalísticas apartam a captação e a edição de imagens e de textos, muitas vezes, desperdiçando o conteúdo informativo das imagens e constituindo narrativas paralelas e incoerentes (SANDRI, 2018, p.148).

A matéria realizada de acordo com a pirâmide invertida, busca mostrar os fatos principais do ocorrido no primeiro parágrafo, característica de matérias *hard news*, como a da referida análise. Além da narrativa jornalística empregada e das fotografias utilizadas, outro ponto a ser analisado é a retransmissão da matéria, pois a mesma é “denúncia”, portanto a construção da matéria deveria remeter o leitor a uma denúncia, mas não é isso que acontece. A ausência de fontes oficiais a respeito do assunto deixam a informação carregada de ‘achismos’, mas a notícia repassada para a sociedade é afirmativa. A perícia e a investigação aconteceram um tempo depois, e o julgamento também.

Grande parte dos comentários feitos sobre a matéria no portal de notícias eram contraditórios ao “monstro” exposto. Alguns indivíduos que já haviam frequentado a clínica e foram atendidos pelo profissional, defendiam o médico veterinário, alegando que algo não estava correto. De outro lado existiam comentários criticando a conduta do veterinário, pessoas que não o conheciam profissionalmente e se basearam somente na informação da matéria.

Pode-se perceber que a opinião pública possui diferentes formas. A opinião dos indivíduos que invadiram a clínica é diferente da opinião das pessoas que já conheciam o médico veterinário pelos serviços profissionais, e também é diferente da opinião dos cidadãos que não presenciaram o fato, não conheciam o profissional e se basearam somente na matéria do jornalista. A opinião pública nem sempre representará uma sociedade por completo, mas podemos encontrar diversos grupos sociais que tem a mesma opinião.

O jornalista baseou-se somente na opinião daquele grupo de pessoas que estava no local, colocando em análise a questão do limite da opinião pública dentro da construção de uma matéria jornalística. É necessário compreender o limite da mesma,

pois a comunicação trabalha diretamente com a sociedade, com pessoas, e sem a devida apuração de uma notícia, consequências de proporções diferentes acontecem.

INVESTIGAÇÃO

Em maio de 2018, a Delegacia de Meio Ambiente, responsável pelo inquérito do médico veterinário, informou à imprensa que as investigações apontaram a não existência do crime de maus-tratos, o que aconteceu foi uma confusão de fatos.

IMAGEM 2: Reportagem produzida, com o delegado apresentando o inquérito

Investigação conclui que veterinário não praticou maus tratos contra animais

7, Maio, 2018

Fonte: Imagem captura pelo autor, 2016, em: www.selesnafes.com.

Na verdade, no dia em que o veterinário foi preso e teve sua clínica invadida pela população revoltada com a denúncia, ele havia realizado procedimentos cirúrgicos em alguns animais, e por trabalhar sem auxílio de outro profissional durante a noite, a sala estava toda suja de sangue.

Populares chegaram a dizer que um cachorro foi mutilado pelo médico, mas a investigação apurou que o cão, na verdade, teve um órgão amputado durante cirurgia realizada na noite anterior. Sobre o “surto” do veterinário, o delegado Sávio Pinto, responsável pela investigação, informou que o médico estava cansado e por esse motivo reagiu de forma estranha ao acordar com sua clínica sendo invadida.

Todas essas informações foram repassadas à imprensa. O portal ‘selesnafes.com’ elaborou outra reportagem esclarecendo os fatos. Desta vez, a chamada foi “Investigação conclui que veterinário não praticou maus tratos contra animais”, e trazia na imagem de capa uma foto do delegado que apurou as denúncias. A narrativa da reportagem inicia com um *lead*. Em seguida, os fatos são esclarecidos em ordem cronológica, desde a denúncia feita na internet e a invasão à clínica, até os resultados da investigação.

No fim do texto, a reportagem informa que as investigações foram encaminhadas à Justiça, e o caso pode ser arquivado, discordado ou ter solicitação para a apuração ser mais detalhada. A reportagem não traz fala do médico e ele não teve foto exposta ao longo da matéria, somente o nome foi informado.

CONSEQUÊNCIAS

Um mês após o médico ser liberado, visto que o inquérito policial apontou a não existência do crime de maus-tratos, o site ‘selesnafes.com’ produziu outra reportagem, desta vez, sobre como o médico estava vivendo.

Com o título “Veterinário que chegou a ser preso por maus tratos é internado em clínica de reabilitação”, a matéria inicia com descrições da situação do médico veterinário, que estava sujo e vivendo em uma clínica de reabilitação. Após o *lead*, um parágrafo detalha que o médico chegou a morar nas ruas, estava usando drogas e teria pensado até em cometer um ato contra a própria vida. A narrativa ainda detalha que tudo isso aconteceu após a invasão da clínica, que foi fechada.

IMAGEM 3: Reportagem detalha como o médico estava vivendo

Veterinário que chegou a ser preso por maus tratos é internado em clínica de reabilitação

7, Junho, 2018

Fonte: Imagem captura pelo autor, 2016, em: www.selesnafes.com.

Fotos do médico com a equipe profissional da clínica de reabilitação e amigos foram usadas na reportagem, que encerrou lembrando os apontamentos da investigação. Nesta reportagem também não apareceram falas do veterinário.

A matéria da denúncia foi publicada em 18 de janeiro de 2018. A reportagem com as consequências, publicada em 7 de junho do mesmo ano. O portal buscou retratar o médico veterinário nesta última reportagem, humanizando e tentando retirar aquela imagem de monstro, que por meses foi associada ao veterinário.

Não se pode desconsiderar que a primeira reportagem tomou grandes proporções principalmente nas redes sociais, espaço onde tudo é rápido e a averiguação dos fatos nem sempre acompanha essa velocidade, o que pode gerar desvios de conduta ética em casos que o jornalista priorize o furo de reportagem.

Em ‘Jornalismo na era virtual’, Kucinski (2005) fala sobre o vazio ético nas redações hoje em dia e a necessidade de construção de uma nova ética para uma nova era de jornalistas.

Mais do que a incidência de desvios éticos pontuais, a característica dessa crise é o *vazio ético*. Nas redações, deu-se uma rendição generalizada aos ditames mercantilistas ou ideológicos dos proprietários dos meios de informação. A liberdade de informar e o

direito de ser informado, canonizados na Declaração Universal dos Direitos do Homem e erigidos em ideologia dos códigos de ética jornalística nos mais diversos países, tornaram-se letra morta (KUCINSKI, 2005, p.17)

De acordo com Kucinski (2005) a construção da nova ética é necessária para resgatar o pluralismo e o valor verdade a serviço do público, “reelaborada como construção pedagógica de um novo jornalista contra-hegemônico, é hoje uma proposta necessária e importante para a sociedade e para o jornalismo” (KUCINSKI, 2005, p. 28). Sendo assim, cabe aos novos jornalistas pensarem, ou repensarem, se as condutas que encontram no dia a dia das redações jornalísticas são, de fato, éticas e priorizam o valor verdade dos fatos, ou se apenas buscam furos de reportagem sem compromisso com o público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho trouxe para discussão a ética e os princípios deontológicos do Jornalismo, analisando a reportagem “Veterinário é preso por maus tratos a animais”, veiculada pelo site selesnafes.com. O objetivo deste artigo foi iniciar um debate sobre os princípios éticos e deontológicos da profissão, e como são observados nas redações jornalísticas do Amapá, principalmente durante a produção de matérias *hard news*. A discussão se faz necessária para que estudantes, Universidades e pesquisadores tenham um panorama dos profissionais que estão atuando no mercado de trabalho local.

É importante ressaltar que o jornalista exerce um trabalho social e é responsável pelas consequências que informações equivocadas causam, e cabe a ele corrigi-las na mesma velocidade em que foram divulgadas.

Quando a pauta de uma matéria é algo que necessita ainda de uma investigação jurídica, o jornalista precisa compreender o limite que essa notícia deve ter antes de ir para o conhecimento da população.

Diante de um cenário marcado pela velocidade da informação e das tecnologias digitais - aplicativos, torna-se cada vez mais necessária a atuação de profissionais graduados em Comunicação – Jornalismo, no que tange a construção de narrativas e divulgação de notícias produzidas dentro das normativas da profissão. O jornalista é o profissional habilitado para exercer tal função, tendo em vista a ampla formação que recebe no decorrer do curso universitário.

Além disso, as normas deontológicas e éticas são indispensáveis no trabalho da imprensa, regido também pela Constituição Federal Brasileira. A liberdade de imprensa não deve ser confundida com a libertinagem. A vida e a dignidade humana devem prevalecer sobre qualquer pauta jornalística. Nenhum fato, sem a devida apuração, pode ser noticiado irresponsavelmente. Essa postura ética e moral deve nortear a prática dos profissionais da comunicação, ainda mais nesse contexto midiático, em que a informação se torna cada vez mais importante para debates democráticos, político-social e cultural.

Os ‘erros graves’ e deslizes éticos, aqui apontados, servem para que estes não sejam repetidos e os profissionais reflitam sobre suas ações e questionem o que querem oferecer a sociedade: notícia rápida, com informações incompletas; ou notícias completas que demoram um pouco mais para serem apuradas? A notícia é fruto de apuração inteligente.

Essa pergunta pode ter diferentes respostas, mas o referido artigo busca conscientizar e debater que a melhor alternativa será a construção de matérias jornalísticas completas, devidamente apuradas, e dependendo da situação, demorem um pouco para serem veiculadas, mas respeitando o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, os princípios deontológicos da profissão, e acima de tudo, a vida e a dignidade das pessoas.

REFERÊNCIAS

BERTRAND, C.J. **A deontologia das mídias**. São Paulo: Ed. EDUSC, 1999.

BRANCO, A.M.V. **A ética e a informação: o jornalista como profissional e o jornalista como pessoa**. 2004. Disponível em: <http://www.ipv.pt/forumedia/6/9.pdf>. Data de acesso: 23 de maio de 2019.

CORNU, D. **Ética da informação**. São Paulo: Ed. EDUSC, 1998.

FENAJ, F.N.J. **Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros**. 2007. Disponível em: https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf. Data de acesso: 25 de maio de 2019.

MARCONDES FILHO, C. **Comunicação e Jornalismo: a saga dos cães perdidos**. São Paulo: Ed. Hacker Editores, 2002.

FRISON, M.F. **Gadamer e o pré-conceito**. 2012. Disponível em: <https://www.diritto.it/gadamer-e-o-pre-conceito/>. Data de acesso: 25 de maio de 2019.

KUCINSKI, B. **Jornalismo na era virtual: ensaios sobre o colapso da razão ética**. São Paulo: Ed. UNESP, 2005.

OLICSHEVIS, G. **Mídia e Opinião Pública**. 2006. Disponível em: <https://www.revistas.ufpr.br/vernaculo/article/download/20423/13603>. Data de acesso: 24 de maio de 2019.

SANDRI, S. **Fotografia e ambiente: o que pode uma imagem?**. In: GIRARDI, Ilza (org). **Jornalismo Ambiental – Teoria e Prática**. Porto Alegre: Ed. Metamorfose, 2018.